

A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)**

INTRODUÇÃO

Os recentes desenvolvimentos eleitorais em Portugal constituem um fenómeno único na Europa ocidental. Sem mudanças institucionais favoráveis, o sistema de partidos evoluiu de uma situação de pluralismo polarizado (1976-1985), caracterizado pela presença de quatro partidos de relevância — um dos quais anti-sistema — e por um grau significativo de instabilidade governamental (dez governos em nove anos), para um sistema maioritário, no qual os dois partidos do centro obtiveram maiorias parlamentares¹.

As reformas institucionais têm sido consideradas cruciais na estabilização de regimes democráticos. Por exemplo, a bipolarização do sistema de partidos francês desde 1958 resultou em grande parte das reformas institucionais do general de Gaulle. Da mesma forma, ultimamente, em Itália as reformas institucionais são tidas como o modo mais eficaz para alcançar a estabilidade governativa e do sistema de partidos.

A Constituição de 1976 e a sua reforma em 1982 tiveram tendência a reforçar os aspectos de fragmentação do sistema político. O sistema eleitoral, adoptando o método de Hondt de representação proporcional, não favorece maiorias absolutas. Além disso, as reformas constitucionais de 1982 vieram reforçar ulteriormente as tendências de fragmentação do sistema político. A diminuição do poder político do Presidente face à Assembleia e ao Governo reduziu a influência bipolarizadora dessa instituição sobre o sistema de

* Mestre pela Universidade de Oxford em *European Politics and Society*.

** Este artigo é extraído da minha tese de mestrado em Política Europeia na Universidade de Oxford, completada em Abril de 1996. Queria também agradecer o apoio do meu supervisor David B. Goldey.

¹ Ao PS, em 1995, faltaram quatro deputados para uma maioria absoluta, mas formou governo sem coligações.

partidos, ao contrário do que aconteceu em França desde 1962. E, no entanto, apesar de todos estes factores, a formação e alternância governativa de dois partidos moderados são uma realidade.

Por conseguinte, neste artigo a evolução do sistema de partidos é analisada à luz de desenvolvimentos políticos e económicos. É extremamente difícil de avaliar o impacto individual das variáveis sobre o sistema de partidos. Como tal, aqui pretende-se apenas demonstrar quais os factores explicativos da mudança no sistema de partidos, analisando de que maneira mudanças políticas e *percepções* de mudanças económicas influenciaram o voto e de como desenvolvimentos políticos e económicos se influenciam mutuamente, contribuindo, assim, para as mudanças no sistema de partidos.

1. A VOLATILIDADE COMO INDICADOR DA RELAÇÃO ENTRE PARTIDOS E SOCIEDADE

A volatilidade, o movimento de eleitores entre partidos ou entre blocos de partidos de eleição para eleição, é a melhor maneira de analisar a relação entre o sistema de partidos e a estrutura social e é o primeiro indicador da evolução dessa relação.

A volatilidade eleitoral deriva da fluidez entre clivagens sociais, que são, por sua vez, dependentes de mudanças económicas e sociais induzidas politicamente ou não. Este é o quadro básico ideal para estudar mudanças eleitorais.

Para além da fluidez entre clivagens, há certamente outras influências, nomeadamente influências *políticas* sobre o eleitorado, que têm um impacto na volatilidade. Mais especificamente: (1) a evolução das circunstâncias políticas, nomeadamente as tomadas de posição dos partidos e a distância ideológica entre eles; (2) reformas institucionais, como, por exemplo, uma reforma eleitoral; (3) mudanças no formato do sistema de partidos, como, por exemplo, o aparecimento de novos partidos; (4) mudanças na participação eleitoral; (5) factores de curta duração, tais como a personalidade de líderes, assuntos de carácter económico ou acontecimentos inesperados.

Dada a falta de dados, não é possível determinar com exactidão o impacto relativo de cada um dos factores na mudança do voto. No entanto, certos inquéritos mostram que um dos factores mais importantes para garantir estabilidade eleitoral, nomeadamente a lealdade partidária, é muito fraco em Portugal². Este trabalho tenta apenas indicar os factores determinantes sem os pôr por ordem de prioridade. A importância das mudanças económicas já foi reconhecida em estudos sobre o sistema de partidos de países da Europa ocidental³. Em Portugal assuntos de cariz económico assumem uma importância ainda maior, já que é um dos países mais pobres da UE. Para além disso, «desde 1987 os sociais-democratas presidiram a um período de mudanças

² Cf. M. V. Cabral (1995).

³ Por exemplo, H. Daalder e P. Mair (1983).

sociais excepcionalmente rápidas e de grande crescimento económico que durou até 1992»⁴. Pode, portanto, presumir-se que a modernização teve algum impacto no comportamento eleitoral português, tanto nos partidos individuais como na estrutura das clivagens sociais. Para diferenciar entre os dois analisar-se-á a volatilidade individual de cada partido de eleição para eleição e a volatilidade dos blocos, isto é, a volatilidade entre o grupo de partidos ditos de esquerda e de direita, para determinar se as clivagens sociais se tornaram mais porosas, portanto menos importantes, ou se, pelo contrário, elas se mantêm.

Os factores económicos influenciam não só a estrutura das clivagens, como também podem ter uma influência directa pré-eleitoral no resultado das eleições. Estudos que focam esses impactos pré-eleitorais utilizam ora funções de popularidade ora funções de voto⁵. Visto o número de eleições em Portugal ser inferior ao de outras democracias europeias, uma análise rigorosa destas funções não pode ser realizada. No entanto, dado que as *percepções* de desenvolvimento e crescimento económico são extremamente importantes no período pré-eleitoral, uma análise dos inquéritos do *Eurobarómetro* ajudará a medir as mudanças nas percepções dos eleitores face à economia desde 1986.

Por sua vez, estas percepções servem de ponto de partida para analisar os ciclos político-económicos, ilustrando a forma como os governos usam a economia para ganhar eleições. Tufte defende que «flutuações em rendimentos líquidos podem ser um bom indicador de estímulos pré-eleitorais da economia»⁶. Por conseguinte, serão analisadas as mudanças em rendimentos líquidos em anos de eleições legislativas, em conjunto com as políticas económicas pré-eleitorais para tentar ilustrar a relação entre desenvolvimentos económicos e políticos.

Assim, analisar-se-ão os factores que terão contribuído para a bipolarização partidária: factores políticos que provocam volatilidade e o impacto do desenvolvimento económico a dois níveis: em primeiro lugar, em termos de percepções de crescimento económico baseado nos inquéritos do *Eurobarómetro* e, em segundo lugar, a interacção entre a economia e a política demonstrada nos ciclos político-económicos.

2. O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

A forma como o sistema de partidos português foi influenciado pelas circunstâncias sociais, históricas e políticas já foi muito debatida⁷ e não

⁴ Economist Intelligence Unit (1994), p. 7.

⁵ M. Lewis-Beck (1988). Funções de voto analisam o impacto de mudanças nas variáveis económicas antes das eleições e funções de popularidade relacionam a popularidade do partido no governo com a *performance* económica do país.

⁶ (1978), p. 10.

⁷ Alguns estudos que se debruçaram sobre estes temas incluem: M. Bacalhau (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD;

constitui o objectivo deste trabalho. Contudo, é relevante salientar algumas das consequências mais marcantes que servem de pano de fundo às mudanças no sistema de partidos que serão retratadas aqui.

No que diz respeito a circunstâncias sociais, não obstante as melhorias significativas⁸, os baixos níveis de filiação nos partidos e de participação em associações políticas são sintomas de uma sociedade civil ainda bastante fraca. Além do mais, os principais sindicatos de trabalhadores que existem estão sob influência dos partidos e as associações patronais dependem dos partidos quando precisam de «ajuda financeira e técnica para permitir às associações participar em organizações nacionais e internacionais»⁹.

Portanto, a população, em geral, não rejeita a democracia, mas também não participa nela, a não ser em época eleitoral.

A forma como os antecedentes históricos, nomeadamente a era do Estado Novo, condicionaram o sistema de partidos é importante, pois ajuda a compreender as faltas de bases sociais dos partidos nos anos 70. Segundo Bruneau, «embora os partidos não tenham começado pelo nada, pois havia sempre referências históricas às quais aludir, faltavam-lhes não só percursos históricos recentes, como também membros, e tinham tendência a formular políticas instantâneas e frequentemente enganadoras»¹⁰ sob pressão do MFA. A única excepção era o PCP, mas, mesmo assim, tinha dificuldade em manejar o aumento do número de membros do partido logo a seguir à revolução de 1974.

A transição democrática de 1974-1976 teve também várias consequências: em primeiro lugar; levou a um pacto dos partidos democráticos contra outras fontes de poder político, nomeadamente as forças armadas e o seu sucedâneo político, a presidência, e para isolar o PCP, tido como um partido anti-sistema; em segundo lugar, colocou os parâmetros do debate ideológico e de políticas muito à esquerda do espectro político; em terceiro lugar, levou a tomadas de decisão do PS e do PCP que muito contribuíram para a rotura entre os dois maiores partidos de esquerda.

Não é surpreendente que os partidos tenham agido no seu próprio interesse durante a formação do regime democrático. O desenraizamento dos

R. Herr (1992), *Portugal: the Long Road to Democracy and Europe*, Califórnia, International and Area Studies; B. Kohler (1982), *Political Forces in Spain, Greece and Portugal*, Londres, Butterworths; G. Pridham (eds.) (1984), «Special issue on the new Mediterranean democracies: regime transitions in Spain, Portugal, Greece», in *West European Politics*, vol. 7, n.º 2, Abril; J. Story (1987), «Social revolution and democracy in Iberia», in W. E. Paterson e A. H. Thomas (eds.), *Social Democratic Parties in Western Europe*, Londres, Croom Helm, entre muitos outros.

⁸ M. Bacalhau.

⁹ M. Lucena e C. Gaspar (1992), p. 181.

¹⁰ *Ibid.* (1986), p. 27.

partidos da sociedade civil impeliu-os a procurarem baluartes institucionais e, através da reforma constitucional de 1982, a obterem a ascendência da Assembleia e do governo face à presidência e às forças armadas.

Os partidos portugueses de 1974-1983 possuem muitas das características apontadas por Katz e Mair quando descrevem o partido cartel. De facto, as elites partidárias asseguraram-se, primeiro, com a Constituição de 1976 e, depois, com a sua reforma em 1982, de que o Estado as beneficiaria não só através do financiamento dos partidos, mas também através do controle que os partidos exercem sobre as instituições, nomeadamente o Conselho de Estado, o Tribunal Constitucional, a Assembleia e a administração pública. A análise de Katz e Mair ajuda também a resolver um dos aparentes paradoxos da política portuguesa: como é que os partidos são tão centrais no sistema político se a identificação partidária é tão fraca? A resposta está na sua ancoração ao Estado e nas reformas constitucionais engendradas, que ainda mais os favoreceram.

Sem reformas institucionais desde 1982, o sistema de partidos sofreu mudanças radicais. Como tal, e segundo o esquema de Bartolini e Mair, certas variáveis não necessitam de ser levadas em conta, nomeadamente mudanças no sistema eleitoral e mudanças institucionais. Restam inúmeras variáveis explicatórias de mudança no sistema de partidos: mudanças sociais (induzidas politicamente ou não), alterações no formato do sistema de partidos, variações na participação eleitoral, circunstâncias políticas e factores inesperados de curta duração. Antes de tentar explicar de que forma os factores acima descritos influenciaram essa evolução, há que quantificar os desenvolvimentos no sistema de partidos em termos de volatilidade.

3. A VOLATILIDADE ELEITORAL EM PORTUGAL

Tendo enquadrado o sistema de partidos, há que quantificar os desenvolvimentos eleitorais desde 1974 até 1995, isto é, a bipolarização do sistema. Só então se abordarão os factores políticos e económicos que poderão ter contribuído para explicar a volatilidade.

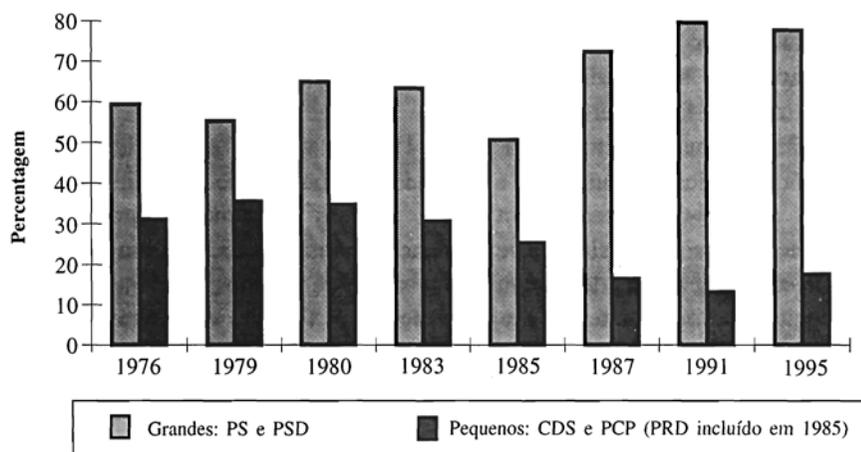
A tipologia de Sartori é útil para reconhecer os partidos «relevantes» no sistema partidário: só os partidos que tenham uma representação parlamentar que lhes permita formar coligações ou que tenham poder de chantagem, *blackmail potential*, para influenciar o comportamento de outros partidos são tidos como relevantes¹¹. Segundo estes critérios, só o CDS, o PSD, o PS e o PCP, juntamente com o PRD nas eleições legislativas de 1985, constituem

¹¹ G. Sartori (1976), p. 160.

partidos «relevantes». De facto, este grupo de partidos tem obtido à volta de 90% do voto sistematicamente desde 1976, excepto em 1985. O gráfico n.º 1 ilustra a mudança de uma situação de pluralismo polarizado para um sistema maioritário. O ano de 1987 é um ano de viragem na história eleitoral portuguesa: daí em diante o PSD e o PS, as duas forças moderadas, retomam o anterior domínio do processo eleitoral. A alternância entre os dois partidos no governo confirma a bipolarização do sistema.

**De pluralismo polarizado a um sistema maioritário:
a performance dos dois maiores partidos, o PS e o PSD, face ao PCP e ao CDS**

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Elaborado a partir de dados do STAPE.

Há várias maneiras de se medir a volatilidade. No caso português, três medidas são apropriadas: em primeiro lugar, uma análise da volatilidade entre os blocos da direita e da esquerda para ilustrar a instabilidade do sistema entre 1976 e 1983; em segundo lugar, uma análise da volatilidade *entre* os blocos para documentar a ascendência dos dois partidos moderados; por último, uma análise da volatilidade total, isto é, o número total de eleitores que mudaram o voto de uma eleição para a outra, para dar uma indicação da lealdade dos votantes para com os partidos, em geral, e, em particular, determinar a «origem» do aumento dos votos em certos partidos.

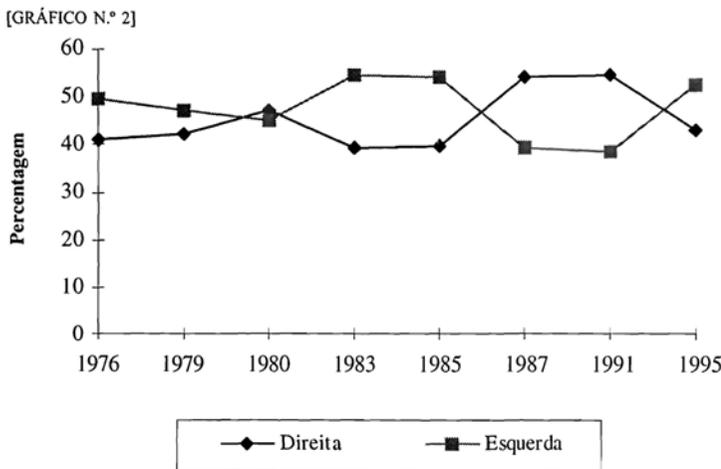
3.1. A VOLATILIDADE ENTRE OS BLOCOS

A análise da volatilidade entre os blocos partidários é imprescindível porque muitas vezes as clivagens são representadas por mais do que um

partido¹². Assim, a medição da volatilidade entre os blocos demonstra o grau de fluidez eleitoral entre os blocos. Esta análise também serve para evidenciar que «muitas vezes, embora os resultados eleitorais de certos partidos sofram grandes alterações, as alternativas eleitorais persistem»¹³.

A clivagem «esquerda-direita» foi escolhida porque ela é a maior clivagem na política portuguesa, inclusive incorporando outras, tais como a clivagem religiosa. Em primeiro lugar, fica clara a inerente instabilidade do sistema partidário na primeira década de existência. A superioridade eleitoral da esquerda durante grande parte desse período e as incompatibilidades entre os dois maiores partidos desse bloco, impedindo-os de formarem uma coligação, explicam essa instabilidade. A maior mudança da última década não é o total de votos na esquerda, mas sim a composição desses votos: em 1985, 54,2% do eleitorado votaram em partidos de esquerda, distribuindo-se equitativamente entre o PCP (15,5%), o PS (20,8%) e o PRD (17,9%). Em 1995 a esquerda obteve mais uma vez uma maioria (52,46%); porém, o PS conseguiu arrecadar 43,85% dos votos contra 8,61% para o PCP.

A evolução da clivagem esquerda-direita entre 1976 e 1995



Fonte: Elaborado a partir de dados do STAPE.

Embora o número de eleições legislativas seja reduzido para permitir conclusões definitivas, uma comparação em termos de volatilidade de bloco com outros países do Sul da Europa poderá ajudar a determinar a importância relativa da clivagem esquerda-direita.

¹² S. Bartolini e P. Mair (1990), p. 36.

¹³ *Ibid.* (1990), p. 64.

Volatilidade total e de bloco em Portugal, Espanha, Itália, França, 1960-1995

(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

País/eleição/ano	Volatilidade total (a)	Volatilidade de bloco (b)	Saliência de clivagem (c) (volatilidade entre os blocos esquerda-direita)
Portugal:			
1976	8,60	5,04	62,80
1979	8,00	0,50	6,00
1980	4,00	2,05	51,30
1983	9,90	4,20	42,40
1985	21,30	0,15	0,70
1987	22,30	7,60	34,10
1991	13,60	3,30	24,30
1995	19,40	6,90	35,60
Espanha (d):			
1979	5,90	1,55	26,27
1982	40,55	9,75	24,04
1986	10,60	2,90	27,30
1989	13,80	0,30	2,10
1993	9,00	1,90	21,07
Itália (e):			
1966-1983 (f)	7,20	1,30	18,00
1987	8,70	1,10	12,64
1992	17,90	5,60	31,20
1994	41,30	9,10	22,03
França (g):			
1966-1981 (h)	9,30	3,50	37,60
1986	13,85	10,25	74,00
1988	5,85	4,25	72,60
1993	36,30	7,85	21,60

(a) A volatilidade total (TV) foi computada usando a fórmula de Bartolini e Mair (1990):

$$TV = \sum_{i=1}^n \frac{|Pi - Pi(t+1)|}{2}$$

onde n é o número de partidos no sistema e Pi é a percentagem de votos para o partido i no período t e $(t+1)$.

(b) A volatilidade de bloco (BV) foi computada usando a seguinte fórmula:

$$BV = \frac{|P(iV + jV + kV)| + |P(lV + mV + nV)|}{2}$$

onde $P(iV + jV + kV)$ representa a mudança líquida em termos absolutos do total de votos nos partidos, i, j e k , todos pertencentes ao mesmo bloco, de uma eleição para a outra.

Ambas as medidas de TV e BV foram tiradas de S. Bartolini e P. Mair (1990), *op. cit.*, pp. 20-22.

Os dois blocos portugueses formam-se da seguinte maneira: o bloco de esquerda é constituído pelo PSR, UDP, PCP e aliados, PS e aliados e PRD; o bloco de direita é composto pelo PPM, PSN, CDS/PP e PPD/PSD.

(c) A saliência da clivagem representa a volatilidade de bloco expressa em termos de percentagem da volatilidade total.

(d) O bloco de esquerda inclui o PSOE e o PCE. O bloco de direita inclui a UCD até 1986, AP/PDP a partir de 1986, CDS, CiU, PNV, EE, e HB.

(e) O bloco de esquerda inclui o PSDI, PSI, PCI/PDS, Rifondazione Comunista, os Verdes, Rete. O bloco de direita inclui a Alleanza Nazionale/MSI, The Lega Nord, PLI, the Radical Party, DC, Forza Italia (1994), PRI.

(f) A média da volatilidade total e de bloco para o período de 1966-1981 foi elaborada a partir de Bartolini e Mair (1990), p. 111.

(g) O bloco de esquerda inclui o PCF, PS, outra esquerda e os Verdes. O bloco de direita inclui o RPR e a UDF, outros partidos de direita e o FN.

(h) A média da volatilidade total e de bloco para o período de 1966-1981 foi elaborada a partir de Bartolini e Mair (1990), p. 111.

No que diz respeito à volatilidade total, Portugal tem sofrido um maior aumento comparado com Espanha, excepto na eleição espanhola de 1982. Em França e em Itália os níveis de volatilidade total têm sido particularmente erráticos recentemente, devido a desenvolvimentos políticos nesses países, isto é, o aparecimento do *Front National* e dos *Verts* em França e a implosão do sistema partidário italiano juntamente com as reformas institucionais. Comparando os níveis de volatilidade de blocos, há uma semelhança notável entre Espanha e Itália. Os dados portugueses indicam uma maior volatilidade entre os blocos desde 1985, em média, do que em Espanha ou Itália, mas menor do que no sistema partidário francês, o que não surpreende, visto os partidos franceses estarem, relativamente a outras democracias europeias, menos enraizados, uma que a bipolarização partidária francesa é recente. Portanto, apesar de a maior parte da volatilidade em Portugal ser entre partidos do mesmo bloco, e não entre blocos, a força da clivagem esquerda-direita em Portugal é substancial e comparável à de outras democracias, bem como semelhante ao caso espanhol na primeira década da sua democracia.

Esta análise serviu para sublinhar as consequências da falta de enraizamento dos partidos portugueses, isto é, a relativa fluidez dos blocos partidários. Não obstante este fenómeno, a maior parte da volatilidade é entre partidos do mesmo bloco, cuja análise capturarà melhor a bipolarização do sistema.

3.2. A VOLATILIDADE DOS PARTIDOS

A volatilidade de cada partido pode ser medida de duas formas¹⁴: em termos de simpatia partidária ou em termos de volatilidade eleitoral, geral ou «líquida». Analisar a volatilidade de cada partido em termos de simpatia partidária não seria proveitoso, pois é sabido que grande parte do eleitorado não se identifica com qualquer partido¹⁵. Por conseguinte, só os níveis de volatilidade eleitoral em termos gerais e líquidos serão analisados.

a) *Volatilidade «líquida» (net volatility)*

Dados os factores históricos e a transição democrática, não é surpreendente que os partidos de esquerda tenham sido mais votados do que os partidos de direita em 1976. O PS foi o mais votado nas primeiras eleições legislativas de 1976, com 37,9% dos votos, um resultado semelhante ao das eleições para a Assembleia Constituinte. O PCP conseguiu 16,6% dos votos, num total de 54,5% de votos para a esquerda¹⁶. Dadas as divergências ideológicas que

¹⁴ Heath *et al.* (1992).

¹⁵ M. V. Cabral (1994).

¹⁶ Outro dos partidos de esquerda, a UDP, obteve 0,8% dos votos, mas não é incluído nesta análise de volatilidade, pois, seguindo a tipologia de Sartori, não pode considerar-se um partido relevante.

existiam entre o PS e o PCP, nunca houve uma coligação de esquerda; em vez disso, o PS formou um governo de minoria. À direita, o PSD estabeleceu a sua hegemonia, com 26,4% dos votos, contra 7,6% para o CDS. Até 1985 só o PS tinha um apoio eleitoral distribuído equitativamente pelo país, apesar de ter relativamente mais votantes em centros urbanos no Centro e no Sul do país. Os restantes partidos tinham baluartes regionais, nomeadamente o Alentejo e o distrito de Setúbal, no caso do PCP, o Noroeste e parcelas da costa nortenha, no caso do CDS, e o Norte e as ilhas, no caso do PSD. Estas clivagens territoriais «definidas em 1975 foram confirmadas em eleições subsequentes, até 1985»¹⁷.

Até 1983 a «evolução do voto reflectiu a punição eleitoral dos partidos que participaram no governo»¹⁸. Assim, o PS perdeu mais de 20% do seu eleitorado em 1979. Mais tarde, a AD viu a sua votação diminuir em 7% na eleição de 1983¹⁹. Apesar da instabilidade governativa e económica, até 1983 a volatilidade dos partidos individuais foi relativamente pequena, pois os quatro partidos mantiveram sensivelmente a mesma percentagem de votos, com uma melhoria até para os partidos mais pequenos, o CDS e o PCP, como pode ver-se no quadro n.º 2.

Volatilidade dos maiores partidos desde 1975
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	CDS	PSD	AD	PRD	PS	PCP
1975	(7,6)	(26,4)	-	-	(37,9)	(16,6)
1976	+ 9,0	- 2,0	-	-	- 2,9	- 2,0
1979 (a)	-	-	+ 0,7	-	- 6,9	+ 4,4
1980	-	-	+ 4,9	-	- 0,1	- 2,1
1983	(12,4)	(27,0)	-	-	+ 8,3	+ 1,3
1985	- 2,6	+ 2,8	-	(17,9)	- 15,5	- 2,7
1987	- 5,5	+ 20,3	-	- 13,0	+ 2,3	- 3,3
1991	+ 0,1	+ 0,3	-	- 4,6	+ 6,95	- 3,4
1995	+ 4,68	- 16,4	-	-	+ 14,6	+ 0,2

(a) Visto os partidos de direita (PSD, CDS e PPM) se terem coligado em 1979 e 1980, não é possível computar a volatilidade dos partidos individuais nestes anos. + 0,7% derivam dos votos para a AD subtraídos à soma dos votos para os partidos individuais em 1976.

A volatilidade individual dos partidos até 1985 certifica a existência de uma variante de pluralismo polarizado, ou seja, uma situação em que um partido

¹⁷ I. André e J. Gaspar (1989), p. 264.

¹⁸ *Ibid.* (1989), p. 264.

¹⁹ Na eleição de 1983 os partidos da AD concorreram individualmente, mas o total dos votos para estes partidos foi de 40%, enquanto os votos na AD em 1980 atingiram os 47%.

«relevante» é anti-sistema e extremista e, portanto, não só impossibilita coligações com outros partidos relevantes do seu próprio bloco, como desestabiliza outras coligações. No caso português, a polarização ocorria entre o PCP e os outros partidos: de facto, os outros três partidos estiveram coligados durante esse período, como é sabido. Uma análise da volatilidade geral indicará a proveniência dos votos que levaram às maiorias do PSD e do PS.

b) Volatilidade geral (overall volatility)

Em 1985 a volatilidade líquida aumentou consideravelmente, afectando sobretudo os partidos de esquerda. O PS e o PCP perderam, respectivamente, 24% e 11% do seu eleitorado para um partido novo, o PRD²⁰. Levando em conta só os votos para o PRD, mais de um milhão de eleitores mudaram o seu voto, o que é uma subestimação. Foi nas eleições de 1987 que a volatilidade disparou: a maioria absoluta do PSD foi ganha sobretudo às custas do PRD e do CDS. Aproximadamente 1 800 000 eleitores mudaram o seu voto, isto é, 32% dos eleitores²¹. Em 1991, apesar de o PSD ter mantido a maioria absoluta, mesmo ligeiramente superior à de 1987 (50,4%), houve um número considerável de eleitores que mudaram o voto: 7,2% de eleitores que tinham votado no PSD em 1987 abstiveram-se e 2,9% votaram no PS. O PS conseguiu atrair também 154 000 votos ao PCP, isto é, 22% do seu eleitorado nas eleições de 1987.

Esta análise da volatilidade permite dividir a história eleitoral portuguesa em dois períodos. Durante o período de 1976-1983 a volatilidade total foi reduzida; não houve qualquer mudança significativa na representação parlamentar de qualquer partido, apesar de mudanças pontuais. Durante o período de 1985-1995, pelo contrário, a volatilidade total duplicou; houve uma reconfiguração do sistema partidário, com o fortalecimento dos dois partidos do centro, e uma grande mudança de voto por parte dos eleitores de uma eleição para a outra. Estas conclusões atestam a tese de Bartolini e Mair de que um sistema partidário caracterizado por dois grandes partidos moderados tende a ter níveis mais altos de volatilidade, enquanto sistemas mais fragmentados podem conduzir a uma volatilidade mais reduzida, desde que não haja incentivos institucionais que promovam a volatilidade e a coesão social (*social-bondedness*) seja elevada²². Por exemplo, até 1992, em Itália o sistema partidário era fragmentado e, no entanto, a compartimentação da

²⁰ *Ibid.*, p. 246.

²¹ J. A. Lima e L. Fraga (1987), p. 37-R. Este artigo expressa a volatilidade geral em números de votos, que foram convertidos em percentagens. O PRD perdeu 38% do seu eleitorado de 1985 para o PSD e o CDS perdeu 46,2% para o PSD.

²² S. Bartolini e P. Mair (1990), p. 300.

sociedade e a sua partidarização induziam níveis de volatilidade muito baixos. No caso português, a ascensão e queda meteórica do PRD levam a crer que os laços entre os partidos e o eleitorado se tenham enfraquecido (ainda mais), preparando o caminho para a emergência do PSD e do PS como partidos maioritários da direita e da esquerda, respectivamente. A próxima alínea analisará as mudanças políticas ocorridas em Portugal que possam ter contribuído para este fenómeno.

4. O IMPACTO DAS MUDANÇAS POLÍTICAS SOBRE A VOLATILIDADE

Na discussão metodológica vários factores políticos que causam volatilidade eleitoral foram indicados, nomeadamente participação eleitoral, mudanças no formato do sistema de partidos, circunstâncias políticas e mudanças no sistema eleitoral. Já que este último factor não se verificou, os outros três serão analisados e a sua contribuição para a emergência de um sistema maioritário será discutida.

4.1. VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Segundo Bartolini e Mair, só uma mudança substancial na participação eleitoral tem um impacto na volatilidade total. Mais precisamente, a participação eleitoral terá de variar em, pelo menos, 5% para se observar uma correlação entre as duas variáveis. Aumentos ou diminuições na participação eleitoral que sejam inferiores a 5% têm consequências erráticas, tornando-se mais difícil determinar a relação entre a volatilidade e a participação eleitoral²³.

Mudanças na participação eleitoral, 1976-1995

[QUADRO N.º 3]

Eleições	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995
Votantes (em percentagem)	83,3	87,5	85,4	78,6	75,4	72,6	68,2	67,6
Percentagem de variação em relação à eleição anterior . .	-	4,2	-2,1	-6,8	-3,2	-2,8	-4,4	-0,6

Fonte: Elaborado com dados do STAPE.

A única eleição onde a participação eleitoral variou em mais de 5% foi a eleição de 1983. Porém, embora a volatilidade total na eleição de 1983

tenha sido superior à de eleições anteriores, a volatilidade alcançou níveis muito mais elevados nas eleições subsequentes sem ter havido uma variação significativa dos níveis de participação eleitoral, o que indicaria que este factor não é relevante para explicar a mudança no sistema partidário²⁴. No entanto, é necessário analisar o impacto das variações na participação eleitoral sobre o resultado eleitoral de cada partido para confirmar esta primeira inferência.

A participação eleitoral manteve a sua distribuição geográfica de 1976 até 1983. Os níveis de abstenção têm-se revelado mais elevados nas regiões interiores, com a excepção do Alentejo²⁵. Apesar desta distribuição, até 1983 a AD foi a força política que mais sofreu/beneficiou das variações na participação eleitoral. Assim, o pequeno aumento na participação eleitoral em 1979 era constituído principalmente por eleitores de direita que foram às urnas apoiar a nova coligação. Do mesmo modo, em 1983 os partidos que constituíam a AD, em especial o CDS, foram os mais afectados pela abstenção: a dissolução da AD e os novos líderes do CDS e do PSD contribuíram para alienar uma parte do eleitorado do centro-direita²⁶. Em 1985 os níveis de abstenção serviram para reforçar os ganhos/perdas de cada partido, sendo o PSD e o PRD os partidos que conseguiram atrair eleitores que se tinham absterido na eleição anterior. Em contrapartida, o PS o PCP e o CDS parecem ter sofrido perdas para a abstenção²⁷. Em 1987, 224 000 eleitores que se abstiveram votaram no PSD, enquanto os partidos que mais perderam para a abstenção foram o PRD e o PCP²⁸. Em 1991 uma proporção substancial do eleitorado do PSD absteve-se (205 000), mas essas perdas foram compensadas graças à transferência de votos por parte de eleitores de outros partidos. Novamente são o PCP e o PRD quem mais sofre com a abstenção²⁹. Por último, em 1995 os níveis de abstenção subiram desproporcionalmente nos distritos que votavam PSD tradicionalmente, como, por exemplo, Aveiro³⁰. Por conseguinte, embora as variações na participação eleitoral não afectem os partidos igualmente, só vêm reforçar a *performance* eleitoral de cada partido. Isto é, um partido cujos votantes da eleição anterior se abstenham perde simultaneamente ainda mais votantes, que passam a votar noutros partidos, e um partido que consiga atrair eleitores que se tenham absterido na eleição prévia, por norma, atrai em proporções ainda maiores votos de elei-

²⁴ Mesmo tendo em conta a variação percentual calculada em relação aos *votantes* das eleições de 1985 e 1987 (em vez de em relação ao número de eleitores), a variação não seria superior a 5%.

²⁵ A. J. Lima e L. F. Fraga (1983), p. 44-R.

²⁶ *Loc. cit.* (1983).

²⁷ J. Gaspar (1985), p. 4.

²⁸ A. J. Lima e L. F. Fraga (1987), p. 37-R.

²⁹ A. J. Lima (1991), p. 9-R.

³⁰ J. M. F. (1995), p. 2.

tores que tenham votado noutros partidos. A única exceção é o PSD em 1991.

4.2. MUDANÇAS NO FORMATO DO SISTEMA PARTIDÁRIO

A entrada em 1985 de um novo partido, o PRD, na arena política mudou o formato do sistema partidário e, principalmente, iniciou um período de grande volatilidade eleitoral, que culminou num sistema maioritário. O PRD, em 1985, a primeira eleição em que se apresentou ao eleitorado, conseguiu 17,9% dos votos. Os eleitores que votaram nesse partido provinham sobretudo das fileiras do PS, que sofreu uma perda de 15,5% do seu eleitorado, reduzindo a ascendência eleitoral do PS face ao PCP temporariamente. Apesar de o PRD, em 1987, não conseguir manter o resultado anterior, obtendo 4,9% dos votos, os seus eleitores votaram maioritariamente no PSD, contribuindo para a maioria absoluta daquele partido em 1987. O PS só aumentou a sua percentagem do voto em 1,5%. No entanto, o colapso do PRD e o declínio do PCP levaram o líder do PS, Vítor Constâncio, «a afirmar que a eleição era um marco importante para atingir um sistema partidário bipolarizado, onde os dois partidos moderados dominariam o processo eleitoral e se alternariam no governo. Esta afirmação simboliza a rejeição da estratégia seguida por Mário Soares, na qual o PS actuava como *pivôt* de um sistema político onde nenhum partido tinha maioria absoluta disposto a aliar-se a qualquer partido, excepto o PCP, no sentido de viabilizar governos e preservar a influência política do PS³¹.» Nas eleições de 1991 os socialistas melhoraram o seu resultado eleitoral, conseguindo 29,25% dos votos, e, finalmente, em 1995 conseguiram 43,8% dos votos, confirmando-se a bipolarização do eleitorado. O declínio progressivo do PCP parece inexorável. Por seu lado, o CDS, depois de ter sido remodelado sob uma nova liderança, e beneficiando da queda do PSD em 1995, aumentou a sua percentagem de votos de 4,4% para 9%. Se estes votos são apenas votos de «protesto» contra o PSD, só poderá ser comprovado em eleições subsequentes. Portanto, a entrada de um novo partido despoletou o processo que resultaria na bipolarização do eleitorado, precipitando, simultaneamente, a marginalização dos pequenos partidos. Apesar de a presença do PRD no sistema se ter revelado transitória, serviu para evidenciar a mobilidade eleitoral de uma grande parte do eleitorado do centro, que, potencialmente, poderia ser cativada por qualquer dos dois partidos moderados.

4.3. AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS

Em primeiro lugar, dada a falta de raízes históricas e de uma ideologia concreta, os líderes partidários têm tido um peso desproporcional para

moldarem as posições partidárias no espectro esquerda-direita. Em resultado, os próprios partidos são ideologicamente inconsistentes, possivelmente contribuindo para a falta de lealdade partidária e favorecendo o aumento de volatilidade que se verificou.

Em segundo lugar, as eleições presidenciais e a sua desmilitarização desde 1986 também ajudam a explicar a bipolarização do sistema. Nas eleições de 1980, 1986 e 1996 os dois blocos opuseram-se, impondo estratégias bipolarizantes aos partidos, tal como em França, apesar de o impacto ser menor devido ao reduzido papel político do presidente português. A reeleição de Mário Soares em 1990 é uma excepção, pois o PSD «apoiou» a sua candidatura: visto as sondagens indicarem que o presidente iria ser reeleito com uma grande percentagem de votos, o primeiro-ministro, Cavaco Silva, não quis apoiar um candidato à partida derrotado (Basílio Horta), aproveitando para demonstrar que, apesar da coabitação, ele e o presidente tinham uma boa relação de trabalho, aumentando, assim, as perspectivas de uma nova maioria absoluta nas eleições legislativas de 1991 para o seu partido. Portanto, as sucessivas eleições presidenciais têm, se bem que inconsistentemente, encorajado os partidos a convergirem no seu bloco, sublinhando uma maior bipolarização do sistema.

Em terceiro lugar, os pequenos partidos não têm sabido adaptar as suas estratégias eleitorais para manterem a sua percentagem de votos. À direita, o crescente conservadorismo do PSD, primeiro sob a liderança de Sá Carneiro e especialmente sob a de Cavaco Silva, roubou grande parte do eleitorado do CDS. À esquerda, as políticas arcaicas do PCP atraem cada vez menos votos, especialmente entre os jovens, dando espaço de manobra ao PS para se expandir.

De um modo geral, a instabilidade governativa nos primeiros anos de democracia também pode ser considerada um factor explicativo da volatilidade eleitoral. Até 1987, nenhum partido obteve uma maioria parlamentar, nenhum primeiro-ministro cumpriu um mandato de quatro anos, devido à fragilidade das coligações, e nenhum parlamento durou mais de dois anos e meio. Houve cinco eleições legislativas de 1976 a 1985, fora as eleições presidenciais e autárquicas. Neste contexto, torna-se mais fácil compreender os eleitores que equacionaram um voto no PSD em 1987 com a estabilidade governativa.

Esta instabilidade implica necessariamente que os governos estarão mais interessados em estratégias eleitorais a curto prazo do que em formular políticas coerentes de longa duração. Por sua vez, esta postura teve consequências sobre o desenvolvimento do país, que se reflectiram também na volatilidade. Com efeito, as circunstâncias políticas não só influenciam a conjuntura económica, como são influenciadas por ela. Subsequentemente, um relação mais explícita será traçada entre os dois fenómenos. Antes, porém, é necessário fazer um esboço das mudanças económicas ocorridas para melhor enquadrar essa relação.

5. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA E SEU IMPACTO POLÍTICO

A emergência de um sistema bipolarizado pressupõe um certo consenso na própria sociedade. O desenvolvimento económico, desde que diminua desequilíbrios regionais e diferenças entre classes sociais³², pode incentivar a emergência desse consenso.

Uma análise de alguns indicadores estruturais³³ permitirá distinguir entre dois períodos da economia portuguesa desde 1976: o primeiro, de 1976-1984, é caracterizado por indicadores nominais muito variáveis e pouco desenvolvimento estrutural da economia. O segundo período, que coincide com a adesão de Portugal à UE e as duas maiorias absolutas do PSD, é caracterizado por um grande crescimento não só em termos nominais como reais. Esta alínea serve como pano de fundo para melhor compreender o porquê das mudanças nas percepções dos eleitores face à economia.

Portugal estava historicamente subdesenvolvido no início dos anos 70. Tinha uma grande proporção da população empregada no sector primário, embora necessitasse de importar grande parte dos seus produtos alimentares; tinha também um sector terciário relativamente pequeno. Para além disso, «só» empregava 34,3% da população activa no princípio dos anos 70 porque desde 1960 que uma grande parte da população activa tinha emigrado. De facto, «[em 1960-1970] dois de cada três trabalhadores agrícolas tinham emigrado, e por isso a proporção de trabalhadores agrícolas tinha baixado de 40% do total da população activa em 1960-1962 para 34,3% em 1970»³⁴. O rendimento *per capita* era metade do italiano e um terço do rendimento *per capita* francês. Mais ainda, os indicadores do nível de vida mostram que o Estado Novo não investiu na população, especialmente no que diz respeito à educação e saúde. O número de médicos *per capita* e a percentagem do PIB investido na educação são os mais baixos da OCDE, uma herança pesada que continua a fazer-se sentir em Portugal hoje, onde uma grande parte da população activa tem um baixo nível de escolaridade. Com efeito, «a frequência escolar por parte da maioria dos jovens é uma característica recente da história portuguesa³⁵». Os níveis de analfabetismo em Portugal (25% em 1970, comparados com 2% em Itália e 10% em Espanha) e a elevada taxa de mortalidade infantil vêm confirmar a falta de investimento no capital humano em Portugal durante o período salazarista.

³² Cf. D. Goldey (1987), p. 62.

³³ Esta alínea comenta as tabelas do apêndice C, onde se encontram os indicadores estruturais dos princípios dos anos 70, metade dos anos 80 e princípios dos anos 90.

³⁴ *OECD Economic Surveys* (1974), p. 3.

³⁵ *OECD Economic Surveys* (1995), p. 46.

**Indicadores estruturais em Portugal e outros países do Sul da Europa,
anos 70***

[QUADRO N.º 4]

	Portugal	Espanha	Itália	França
Emprego (1974)				
Percentagem da população activa na agricultura	34,3	23,1	16,6	11,6
Percentagem da população activa na indústria	33,0	37,2	44,1	39,2
Percentagem da população activa nos serviços	32,7	39,7	39,3	49,2
PIB <i>per capita</i> (\$) (1970)	1 517	2 446	2 706	5 061
Indicadores de nível de vida				
Consumo privado <i>per capita</i> (\$) (1974)	1 089	1 444	1 782	3 119
Despesa pública com a educação (percentagem do PIB – 1972)	1,9	2,2	4,2	4,7
Médicos por 1000 habitantes (1975)	1,1	1,4	1,9	1,4
Taxa de mortalidade infantil (1974) (por 1000 habitantes)	37,9	13,6	22,6	12,0
Percentagem de jovens em idade apropriada no ensino superior (1973)	9,8	27,1	27,9	26,9

* Os indicadores estruturais portugueses para as três décadas foram extraídos de A. Barreto, *A Situação Social em Portugal*, 1996, excepto os do consumo privado e a percentagem de jovens com frequência escolar, que são do INE e da OCDE, juntamente com os indicadores dos outros países.

Fontes: A. Barreto (1996) e OCDE, *Economic Surveys of Portugal*, 1974.

Esta herança do Estado Novo não foi, de um modo geral, corrigida na primeira década da democracia. Os indicadores reais, em 1985, demonstram que Portugal continuava muito mais atrasado do que os outros parceiros europeus. Um quarto da população activa ainda permanecia no sector primário. O PIB *per capita* ainda era metade do espanhol e um quinto do francês, semelhante à situação em 1974. Houve realmente melhorias no que diz respeito à educação, não só em termos de despesas com a educação, com também em frequência escolar. A instabilidade governativa pode ter contribuído para a falta de melhorias substanciais nos indicadores reais. Na primeira década da democracia havia muitos outros problemas por resolver, nomeadamente disputas constitucionais e instabilidade macroeconómica nominal, impedindo os governos de formularem programas de longo prazo para reestruturarem a economia. Foi só no final dos anos 80 (até porque os esforços feitos para estabilizar a economia em 1983-1985 começaram a dar frutos) que uma série de factores se uniram para proporcionar verdadeiras melhorias económicas, tanto nominais como reais.

Neste período (1986-1992) a economia começou a convergir com a média europeia, apesar de ainda estar longe dela. Comparando os índices estruturais em 1991-1992 com os indicadores dos anos 70, verificam-se mudanças reais

muito substanciais, tendo em conta as dificuldades até 1985. A estrutura de emprego mudou radicalmente com a porporção dos activos na agricultura, aproximando-se dos valores dos outros países do Sul da Europa. Houve também uma expansão do sector terciário, e a estrutura da população activa assemelha-se à de outras economias. Ainda no período de 1986-1992 o PIB *per capita* português aumentou 4,7%³⁶, diminuindo a diferença de consumo *per capita* entre Portugal e a UE. Os indicadores do nível de vida mostram melhorias significativas, com um grande investimento na educação e a diminuição da taxa de analfabetismo (de 25% em 1970 para 7% em 1991)³⁷ e mais eficiência na saúde.

Indicadores estruturais em Portugal e outros países do Sul da Europa, anos 80

[QUADRO N.º 5]

	Portugal	Espanha	Itália	França
Emprego (1982)				
Percentagem da população activa na agricultura	25,8	18,0	12,4	8,1
Percentagem da população activa na indústria	36,9	33,5	36,1	33,8
Percentagem da população activa nos serviços	37,2	48,4	51,5	58,1
PIB <i>per capita</i> (\$) (1983)	2 055	4 137	6 208	9 538
Indicadores de nível de vida				
Consumo privado <i>per capita</i> (\$) PPP (1984)	3 076	5 456	6 251	8 009
Despesas públicas com a educação (percentagem do PIB – 1984)	4,1	3,29	4,97	5,73
Médicos por 1000 habitantes (1985)	2,4	3,0	3,6	2,1
Taxa de mortalidade infantil (1983) (por 1000 habitantes)	19,3	9,6	12,3	8,9
Percentagem de jovens (5 a 24 anos) na escola (1980-1981)	54,6	74,6	72,2	79,4

Fontes: A. Barreto (1996), INE, *Anuários estatísticos anos 90*, e OCDE, *Economic Surveys*.

No caso português, o desenvolvimento económico adquire ainda mais importância: em primeiro lugar, visto Portugal ser um país pobre, tanto em termos absolutos como relativos, as questões de natureza económica são ainda mais centrais na política do país do que em outras sociedades europeias, onde as questões pós-materialistas são já mais relevantes. Em segundo lugar, a importância do desenvolvimento sócio-económico é maior em Portugal, visto ser uma parte fundamental do processo de legitimização do regime democráti-

³⁶ Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional (1993), p. 7.

³⁷ A. Barreto (1996): os valores são percentagens da população residente.

co-liberal. Melhorias do nível de vida são tidas como *outputs* que o regime tem de produzir, juntamente com outros *outputs* políticos, tais como eleições livres, liberdade de imprensa, etc., para assegurar a consolidação do regime. Em terceiro lugar, dada a falta de enraizamento social dos partidos, as políticas económicas são um instrumento através do qual os partidos no governo tentam atrair o apoio da população, como será demonstrado na alínea de ciclos político-económicos. Em quarto lugar, Portugal atravessou um período muito positivo em termos de desenvolvimento sócio-económico desde a adesão à UE em 1986 até 1991, período que coincide com as duas maiorias absolutas do PSD.

Por conseguinte, há que analisar de que forma os desenvolvimentos políticos influenciaram as políticas económicas, e vice-versa: em primeiro lugar, a nível de rendimentos líquidos em períodos pré-eleitorais; em segundo lugar, a nível de ciclos político-económicos.

Indicadores estruturais em Portugal e outros países do Sul da Europa, anos 90

[QUADRO N.º 6]

	Portugal	Espanha	Itália	França
Emprego (1992)				
Percentagem da população activa na agricultura	11,5	10,1	8,2	5,2
Percentagem da população activa na indústria	33,0	32,4	32,2	28,9
Percentagem da população activa nos serviços	55,5	57,5	59,6	65,9
PIB <i>per capita</i> (\$) (1992)	9 743	12 797	17 373	18 540
Indicadores de nível de vida				
Consumo privado <i>per capita</i> (\$) (1992)	6 124	8 083	10 936	11 144
Despesas públicas com a educação (percentagem do PIB – 1992)	5,36	4,5	–	–
Médicos por 1000 habitantes (1992)	2,9	3,9	1,3	2,7
Taxa de mortalidade infantil (1991) (por 1000 habitantes)	10,8	7,8	8,3	7,3
Percentagem de jovens (5 a 24 anos) na escola (1986-1987)	63,0	79,6	68,9	82,8

Fontes: A. Barreto (1996) e INE, *Anuários estatísticos anos 90*.

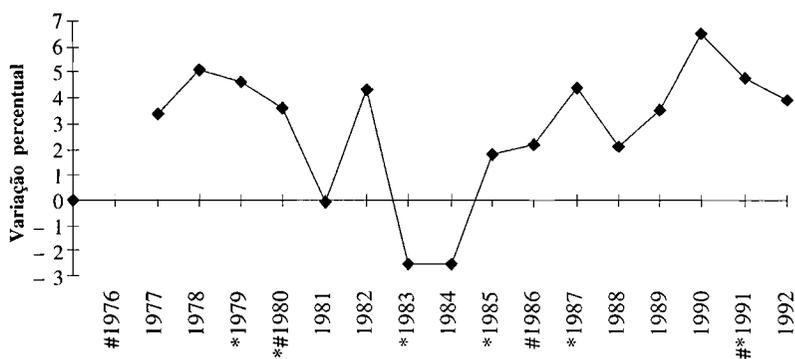
5.1. O CICLO POLÍTICO-ECONÓMICO EM PORTUGAL, 1979-1991

Partindo do princípio de que as políticas económicas pré-eleitorais podem influenciar a escolha de voto, existem vários instrumentos económicos que podem ser utilizados pelo partido do governo para conseguir a reeleição. No entanto, se o objectivo é obter um impacto positivo a curto prazo na economia, vários instrumentos económicos não podem ser utilizados, dada a sua falibilidade em termos de efeitos antes das eleições. Os rendimentos líquidos de cada eleitor podem ser influenciados muito directamente num curto espa-

ço de tempo através de várias políticas, tais como aumento de subsídios, redução nos impostos ou aumento salarial acordado com os parceiros sociais³⁸. Estas medidas deveriam exercer um rápido efeito sobre o rendimento disponível de cada família e, por sua vez, influenciar o voto. Uma análise das variações percentuais dos rendimentos líquidos deverá dar alguma indicação de se houve ou não a tentativa de manipulação da economia por parte dos governantes com fins eleitorais desde 1976.

Taxa de variação anual no rendimento líquido no período de 1977-1992

[GRÁFICO N.º 3]



* Indica eleições legislativas nesse ano.
Indica eleições presidenciais nesse ano.

Fonte: OCDE, *Economic Surveys of Portugal*, vários anos.

Este gráfico denota características interessantes. Nomeadamente, não se verifica um aumento de rendimentos líquidos em todos os anos eleitorais, especialmente na primeira década da democracia. Os dois empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) em 1977-1978 e 1983 coincidem com um declínio na taxa de crescimento dos rendimentos líquidos, o que não surpreende, dadas as condições dos empréstimos. Os efeitos do segundo choque petrolífero só foram sentidos em 1981, enquanto na eleição de 1980 houve um aumento na taxa de crescimento, apesar de se ter verificado um aumento menos significativo.

Com efeito, na primeira década de eleições livres em Portugal, o ciclo eleitoral português e o ciclo económico mundial estavam contrapostos. A revolução e a consequente legislação social concidiram com o primeiro choque

³⁸ Cf. E. Tufte (1978); v. também Pereira de Moura (1981).

petrolífero, iniciando um período de trajetórias económicas contracíclicas que levaram muito tempo a serem rectificadas. As políticas de expansão económica em Portugal só coincidiram com um *boom* na economia mundial em 1985. Até essa altura, «o crescimento era descontrolado, motivado por questões eleitorais e, subsequentemente, insustentável»³⁹. De facto, a profusão de eleições levava a que as políticas económicas fossem formuladas dentro do contexto eleitoral, sem, no entanto, terem os efeitos desejados. Por outras palavras, o gráfico n.º 5 demonstra sobretudo os *obstáculos* à vontade política de manipular os resultados eleitorais através de políticas económicas, obstáculos esses que são as condicionantes externas da economia portuguesa, nomeadamente no caso dos dois empréstimos do FMI e da adesão aos critérios de Maastricht, desde a entrada para o SME em 1992. Estas três condicionantes externas constituem compromissos muito explícitos feitos pelos governos da altura, compreendendo medidas de austeridade a curto prazo, com ganhos económicos (talvez) a médio ou longo prazo. Desta forma, a economia, sob a forma de compromissos externos, teve um impacto muito palpável no governo incumbente. De facto, nas eleições que se seguiram a estes compromissos, isto é, 1979, 1985 e 1995, os partidos de governo perderam as eleições, independentemente de serem governos de maioria ou não⁴⁰.

Na segunda metade dos anos 80 e princípios dos anos 90 existe certamente uma correlação entre aumentos na taxa de crescimento do rendimento líquido e as eleições legislativas, nomeadamente nos anos de 1986-1987 e 1990-1991. Desde 1985 o ciclo económico português tem-se coadunado com o ciclo mundial, libertando Portugal das políticas *stop-go* que caracterizaram o país na década anterior. Uma análise da tabela do *Eurobarómetro* que a seguir apresentamos aponta para conclusões semelhantes. Em 1987, 35% dos inquiridos responderam que o seu nível de vida tinha melhorado, enquanto só 14% disseram que ele tinha baixado um pouco ou muito. Do mesmo modo, em 1991, 38% declararam que o seu nível de vida tinha melhorado, enquanto 12% acharam que o seu nível de vida tinha piorado. A percepção de como o país tem passado também influencia a percepção do nível de vida de cada um, e vice-versa. Estes interesses «sócio-trópicos» dos eleitores podem ser vistos no quadro n.º 7. Neste caso, as opiniões são ainda mais favoráveis quanto à situação económica do país. Enquanto em 1985 só 17% dos inquiridos pensavam que a situação tinha melhorado, em 1987 esta percentagem tinha alcançado os 58%, com apenas 13% a pensarem que a situação se deteriorara. Do mesmo modo, em 1991, 60% dos inquiridos acharam que a situação económica

³⁹ D. Corkill (1993), p. 42.

⁴⁰ Embora o PSD tenha estado no governo liderado por Mário Soares, o líder do PSD conseguiu dissociar-se aos olhos do eleitorado das medidas de austeridade impostas nesse governo.

do país tinha melhorado, enquanto só 9% pensavam que ela tinha piorado. O que estas respostas têm de especialmente interessante é a variabilidade: a percentagem de inquiridos que pensavam que a situação do país tinha melhorado foi *maior* nos anos eleitorais de 1987 e 1991 do que em qualquer outro ano. No entanto, o ano antes de qualquer das eleições já demonstra aumentos no número de percepções positivas, reforçando a ideia de que os governos maioritários são mais eficazes no seu planeamento. Embora não haja dados publicados até 1995, a queda nas percepções positivas de 1991 a 1993 deveria ter alarmado o governo da altura.

Percepções económicas/1: «comparada com há um ano atrás, acha que a sua situação financeira seja...»

[QUADRO N.º 7]

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Muito melhor	1	2	5	2	2	2	4	2	2
Um pouco melhor	14	31	30	26	21	31	34	28	18
Igual	45	48	50	50	46	42	49	51	45
Um pouco pior	25	14	8	17	21	20	10	17	28
Muito pior	13	4	6	3	9	3	2	1	6

Fonte: Comissão da UE, *Eurobarómetro*, 1994.

Percepções económicas/2: «comparada com há um ano atrás, acha que a situação económica geral do país seja...»

[QUADRO N.º 8]

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Muito melhor	1	6	8	3	3	4	8	2	2
Um pouco melhor	16	46	46	37	37	36	49	31	15
Igual	33	30	30	34	28	28	32	37	24
Um pouco pior	30	12	11	16	20	24	8	24	44
Muito pior	14	3	2	3	11	3	1	3	11

Fonte: Comissão da UE, *Eurobarómetro*, 1994.

Uma análise do período económico pré-eleitoral de todas as eleições legislativas ilustrará em pormenor o modo como os desenvolvimentos económicos influenciaram o resultado das eleições e descreverá as medidas tomadas sempre que for detectado um ciclo político-económico. É necessário ter em conta a data da eleição, pois, se ela teve lugar no início de um ano, há que investigar indicadores económicos do ano anterior. O facto de as eleições serem antecipadas ou não deverá também influenciar a capacidade dos governos para provocarem um *boom* pré-eleitoral.

5.2-a) *O clima económico pré-eleitoral de 1979*

Antes desta eleição tinha havido governos de inspiração presidencial desde 1978. Apesar de o empréstimo do FMI ter sido negociado pelo PS e pelo seu líder, Mário Soares, a responsabilidade pelo período de austeridade que se seguiu foi-lhes atribuída⁴¹. Segundo Corkill, «os socialistas pagaram um preço muito elevado pela sua associação ao FMI. O eleitorado do PS foi o mais afectado pelas medidas de austeridade⁴².» Não houve nenhum ciclo político-económico, já que havia um governo de tecnocratas e o PS não tinha meios para influenciar o clima económico a curto prazo. Em termos mais gerais, pode afirmar-se que a economia influenciou a *performance* eleitoral do PS: perdeu 6,9% dos votos e pela primeira vez desde a revolução um governo de direita formado pelo PSD e pelo CDS tomou posse.

5.2-b) *A eleição de 1980*

O governo da AD, com Sá Carneiro como primeiro-ministro, deveria ter continuado as políticas de austeridade negociadas pelo PS em 1978, pois foi nesta base que as negociações tinham sido feitas com o FMI, visando uma renovação dos créditos *stand-by* que deveriam expirar em 1979. Porém, o rápido melhoramento do défice da balança de pagamentos permitiu ao governo não renovar o empréstimo com o FMI. Segundo a OCDE, a política fiscal dessa «época foi muito mais expansiva do que o previsto»⁴³. Em suma, a AD suavizou as medidas de austeridade que tinham levado à queda do PS, visto as eleições de 1980, ditadas pela Constituição, estarem à porta. A política monetária, que tinha sido bastante restritiva no período anterior, também foi mudada, diminuindo, por exemplo, as restrições aos empréstimos bancários «para assim fomentar a retoma da economia»⁴⁴. Para além disso, aumentos substanciais no preço de produtos alimentares, nos serviços públicos e na electricidade foram adiados e a taxa de depreciação do escudo diminuiu, tornando, portanto, as importações mais acessíveis. O governo permitiu aumentos na casa dos 20% nos salários, «pelo que os trabalhadores beneficiaram do primeiro aumento no poder de compra (4%) desde 1976»⁴⁵. O escudo sofreu mesmo uma revalorização de 6% em Fevereiro de 1980 para baixar o preço das importações. Em consequência destas políticas, a procura

⁴¹ Cf. B. Stallings (1981).

⁴² D. Corkill (1993), p. 49.

⁴³ *OECD Economic Surveys* (1980), p. 15.

⁴⁴ *OECD Economic Surveys* (1981), p. 21.

⁴⁵ D. Corkill (1993), p. 50.

«aumentou quase 7% em 1980»⁴⁶, quando em 1978 a procura tinha «estagnado»⁴⁷. Estes desenvolvimentos ocorreram não obstante ter havido um segundo choque petrolífero em 1979 e os efeitos do primeiro choque terem sido extremamente negativos para Portugal. Existiu, indubitavelmente, um ciclo político-económico, com a AD a tirar vantagem do impacto positivo do empréstimo do FMI sobre os indicadores nominais, ignorando a probabilidade forte, dado o segundo choque petrolífero, de estas medidas de relançamento económico serem contraproducentes e a situação se deteriorar, especialmente no que diz respeito à balança de pagamentos.

5.2-c) A eleição de 1983

A morte de Sá Carneiro e a saída do CDS da AD levaram à eleição de 1983. Os partidos que tinham formado a AD apresentaram-se separadamente às eleições, conseguindo manter (aproximadamente) a percentagem de votos que tinham obtido nas eleições precedentes. O desaparecimento de Sá Carneiro deixou Pinto Balsemão, e depois Mário Soares, a braços com uma situação económica cada vez pior. As debilidades estruturais da economia portuguesa voltaram a evidenciar-se: com uma recessão na Europa, as exportações e as remessas dos emigrantes diminuíram, expondo a vulnerabilidade da economia às contingências externas; para além disso, um mau ano agrícola levou ao aumento da importação de produtos alimentares. Mais uma vez a balança de pagamentos apresentava um grande défice, juntamente com uma dívida externa crescente que Portugal tinha acumulado entretanto e que tinha de ser paga. No quadro n.º 5 verifica-se que neste período a taxa de aumento dos rendimentos líquidos sofreu inúmeras variações: vendo os níveis de 1982 (já que as eleições foram em Abril de 1983), houve um aumento significativo na taxa de aumento dos rendimentos líquidos. No entanto, não pode afirmar-se que este aumento constitui um ciclo político-económico, pois as eleições foram antecipadas. O facto de os partidos da AD não terem perdido mais votos pode, no entanto, ter sido o resultado do aumento nos rendimentos líquidos nos meses anteriores, ou porque o CDS tenha sido responsabilizado pela queda da coligação. O mais provável é que tenha sido a falta de alternativas credíveis: o eleitorado ainda não tinha esquecido o período de austeridade que tinha vivido sob o governo do PS.

Dados os resultados das eleições de 1983, os dois maiores partidos decidiram formar uma coligação, o bloco central, com o PSD como parceiro «júnior» no governo e Mário Soares como primeiro-ministro. Esta aliança

⁴⁶ *OECD Economic Surveys* (1982), p. 7.

⁴⁷ *OECD Economic Surveys* (1979), p. 9.

baseava-se nas ambições presidenciais de Soares, no desejo do PSD de reformar a Constituição e na aversão ao CDS por parte do sector mais progressista do PSD. De seguida, o novo governo iniciou as negociações para um novo empréstimo com o FMI, com as inevitáveis medidas de austeridade e consequências para a população, como pode observar-se pela queda nos rendimentos líquidos.

5.2-d) As eleições de 1985 e 1987

Apesar disto, Cavaco Silva, recentemente eleito líder do PSD, conseguiu dissociar o seu partido deste período de austeridade. Demitindo-se do governo em Junho e apoiando Freitas do Amaral como o candidato da direita nas eleições presidenciais de 1986, o PSD (em conluio com o presidente Eanes) deixou a responsabilidade governativa ao PS, para arcar com a impopularidade das medidas de austeridade, esperando, assim, diminuir as hipóteses de Soares na eleição presidencial e melhorando as perspectivas eleitorais do PSD. «Com efeito, ele [Cavaco Silva] culpou os socialistas pelo período de austeridade e conseguiu associar-se aos benefícios que essas medidas começavam a produzir⁴⁸.» Esta estratégia foi parcialmente bem sucedida: nas eleições de 1985 o PSD emergiu como o maior partido e foi convidado a formar governo pelo presidente Eanes. Rebelo de Sousa explica a razão pela qual a elite do PSD provocou a ida às urnas: «Subjacente à estratégia [retirar o apoio ao bloco central] estava um factor económico: Cavaco Silva, professor de Economia e director do Centro de Estudos do Banco de Portugal, sabia que a recessão tinha chegado ao fim e que a conjuntura económica interna e internacional beneficiaria quem governasse a partir do Verão de 1985⁴⁹.» Desta forma, a eleição de 1985 pode ser vista como o primeiro passo para a obtenção da maioria absoluta, aproveitando as condições económicas favoráveis.

De facto, o período de 1985 a 1987 beneficiou muito o PSD. As sondagens indicavam um aumento de popularidade de Cavaco Silva de 1985 a 1986⁵⁰. Os factores externos contribuíram também para isso, nomeadamente a baixa do preço de petróleo em 1986, o que levou a uma depreciação do dólar americano e a uma melhoria da balança de pagamentos portuguesa. Além disso, as ajudas de Bruxelas no período de pré-adesão começavam a ter impacto sobre a economia. Por exemplo, o «Fundo de Desenvolvimento Regional começara a disponibilizar fundos para estradas, projectos hidroeléctricos e outros projec-

⁴⁸ D. Goldey (1987), p. 56.

⁴⁹ M. Rebelo de Sousa (1987), p. 446.

⁵⁰ D. Corkill (1988), p. 250.

tos de modernização»⁵¹, enquanto as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo também aumentaram durante esse período. Como as medidas de austeridade tinham sido bem sucedidas, o PSD pôde também introduzir políticas de expansão da economia sem perigo de provocar um défice na balança de pagamentos. Com efeito, a melhoria da balança comercial «permitiu ao governo inflacionar a economia e até deixar deteriorar o défice externo para encorajar o sector privado»⁵². As medidas principais foram a redução das taxas de juro e a suspensão das desvalorizações do escudo para estabilizar o preço das exportações. Estas medidas levaram a um aumento de investimento já em 1986. O governo também incentivou um aumento no consumo, pondo a ênfase nos impostos indirectos, mais do que nos directos, levando o eleitorado a crer que o rendimento líquido tinha aumentado⁵³. O resultado foi um *boom* no consumo privado, aumentando 7% e 6,8% em 1986 e 1987, respectivamente⁵⁴. Por fim, em 1985 e 1986 houve aumentos na casa dos 20% no sector público, bem como um aumento dos pagamentos da segurança social. Cavaco Silva apercebeu-se indubitavelmente de que o ambiente externo propício poderia fornecer-lhe a oportunidade de aumentar o voto do seu partido. O único problema era como forçar novas eleições legislativas sem danificar a imagem do partido⁵⁵.

Neste caso, o PRD poupou o trabalho ao PSD: apresentou uma moção de confiança ao governo, apoiada pelo PS e pelo PCP, que derrubou o governo minoritário de Cavaco Silva. O sucesso do PRD nas eleições de 1985 sinalizou um grande aumento da volatilidade, da qual o PSD esperava vir a beneficiar às custas do PS. O *slogan* da campanha do PSD, «Portugal não pode parar», encarna bem a percepção de que a modernização e a estabilidade governativa dependiam do PSD. Gallagher resume assim a posição de Cavaco Silva: «Governei e melhorei o nível de vida dos Portugueses. Julguem-me pelos meus resultados»⁵⁶.» As sondagens *Eurobarómetro* dão crédito à estratégia do primeiro-ministro: o ambiente de exuberância que dominou a segunda metade dos anos 80 tinha começado e o eleitorado apoiava não só Cavaco Silva como as suas políticas. Portanto, nas eleições de 1985, mas sobretudo nas de 1987, a conjuntura económica ajudou os governos incumbentes e detectam-se ciclos político-económicos — o governo de Cavaco Silva tentou muito claramente manipular a economia a seu favor.

⁵¹ *Ibid.* (1988), p. 255.

⁵² D. Corkill (1993), p. 119.

⁵³ *Ibid.* (1993), p. 127.

⁵⁴ *OECD Economic Surveys* (1990), p. 19.

⁵⁵ T. Gallagher (1988) p. 140.

⁵⁶ *Ibid.* (1988), p. 142.

5.2-e) *As eleições de 1991*

Do mesmo modo, houve um ciclo político-económico nas eleições de 1991. Neste período o governo viu-se confrontado com um dilema de natureza económica: continuar com as políticas de expansão, procurando a convergência real da economia portuguesa com o resto da UE, ou procurar a convergência nominal para reduzir a inflação. Seguiu-se a segunda alternativa, mas só depois de ganhas as eleições: de facto, «a insistência de Cavaco Silva na ideia de que a austeridade não era necessária foi devida a considerações eleitorais»⁵⁷. A campanha do PSD baseava-se na *performance* económica do país. Sinais desencorajadores de que este período estava prestes a terminar foram ignorados através da manipulação da economia em época pré-eleitoral. Por exemplo, em Outubro de 1990 o governo assinou um acordo com os parceiros sociais que aumentou o salário mínimo e menos horas de trabalho por semana⁵⁸.

Segundo a OCDE, a política fiscal foi expansiva em 1990 e 1991, com um aumento do défice orçamental de 3,5% nesses dois anos, apesar de haver um nível excessivo de procura⁵⁹. A taxa de crescimento dos rendimentos líquidos em 1990-1991 alcançou níveis inauditos, com os salários reais a aumentarem 7%. Além disso, em 1990 aumentaram os subsídios às famílias, com a instauração do 14.º mês de pensão e a diminuição dos impostos.

O *boom* pré-eleitoral de 1991 foi semelhante ao de 1980. (Talvez não seja surpreendente, visto que Cavaco Silva era ministro das Finanças em 1980 e primeiro-ministro em 1991.) A conjuntura internacional pouco prometedora nos dois períodos foi ignorada devido a considerações eleitorais. As políticas de expansão foram «bem sucedidas» na medida em que o governo incumbente ganhou as eleições nas duas ocasiões. No entanto, a recessão subsequente tornou-se inevitável e pior do que à partida se previa, no sentido de que Portugal demorou muito mais tempo a sair da recessão do que os restantes parceiros europeus.

A análise do ambiente económico pré-eleitoral demonstrou que, sempre que possível, *booms* de curta duração foram engendrados pelo governo. Embora ciclos político-económicos tenham sido detectados em várias democracias, nomeadamente nos EUA⁶⁰, o contexto político e social em que se encontrava o sistema partidário português fez com que este tipo de comportamento fosse ainda mais urgente, à medida que os partidos tentavam criar e consolidar as suas bases eleitorais. No entanto, ao contrário do que acon-

⁵⁷ D. Corkill (1993), p. 148.

⁵⁸ *Ibid.* (1993), p. 123.

⁵⁹ OECD (1992), p. 49.

⁶⁰ Cf. E. Tufte (1978).

tece numa economia grande e relativamente fechada, como, por exemplo, os EUA, os políticos em Portugal são muito mais vulneráveis à conjuntura internacional, impedindo uma manipulação bem sucedida das variáveis económicas a curto prazo.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão geral deste trabalho é a de que Portugal, apesar de ser uma democracia recente, é comparável a outras democracias europeias, e o sistema político pode ser estudado com metodologias tradicionalmente empregues no estudo dessas, desde que se levem em conta certas idiossincrasias.

A evolução do sistema partidário para um sistema maioritário foi documentada utilizando várias medidas de volatilidade eleitoral e explicada por factores económicos e políticos. Este é, portanto, um *case study* de desenvolvimentos positivos no sistema partidário, num período de tempo relativamente pequeno, sem incentivos institucionais. Constitui também uma contribuição para o debate sobre como se pode criar um sistema de partidos estável e mostra que as mudanças institucionais não são essenciais desde que outras forças concorram para a estabilização do sistema.

O objectivo deste trabalho não é pôr os factores explicativos desta mudança por ordem de prioridade. É simplesmente uma tentativa de identificar quais os factores importantes e, especialmente, de demonstrar a interligação entre eles.

No que diz respeito aos factores políticos, a mudança no formato do sistema de partidos e as sucessivas eleições presidenciais parecem ter sido cruciais para a formação do sistema maioritário. O sucesso eleitoral de um partido novo, o PRD, em 1985 demonstrou que a lealdade partidária é muito limitada em Portugal e que o eleitorado do centro flutua entre os dois partidos moderados, contribuindo para a primeira maioria absoluta do PSD e, depois, para a maioria do PS em 1995. Por seu lado, as eleições presidenciais desde 1981 têm reforçado a bipolarização do sistema partidário, dada a natureza das coligações pré-eleitorais, sem, no entanto, presidencializarem o sistema, como aconteceu em França.

No que diz respeito aos desenvolvimentos económicos, torna-se muito difícil indicar com precisão o seu impacto sobre os desenvolvimentos partidários e mais especificamente sobre a volatilidade. Porém, a centralidade dos factores económicos em todo o processo foi evidenciada, mostrando como as questões económicas interagem com as políticas em Portugal. Mais especificamente, a análise demonstrou que a estabilidade governativa depende da evolução da situação económica do país. Em Portugal estas tendências reforçam-se: os governos de coligação têm tido mais dificuldade em formular

políticas coerentes, devido não só às dificuldades de coordenação de políticas entre parceiros de coligação, como também à instabilidade económica que se viveu até 1985. Governos de maioria de um só partido tiveram mais facilidade, como é natural, em formular políticas, não só devido à simplificação do processo de tomada de decisão, como também à melhoria da situação económica. Com efeito, a adesão de Portugal à UE, coincidindo com um período de prosperidade, serviu para reforçar a estabilidade do sistema. Para além disso, a análise dos ciclos político-económicos numa economia pequena e aberta levou a descobertas interessantes: as políticas distributivas em Portugal adquirem uma importância maior, especialmente antes das eleições, dada a falta de bases sociais dos partidos.

No entanto, nem sempre houve *booms* pré-eleitorais, nomeadamente em 1979, 1983 e 1995. Estas eleições têm algo em comum: os governos incumbentes tinham assumido um compromisso exterior, isto é, os empréstimos do FMI (1979 e 1983) e os critérios de Maastricht (1995), impedindo políticas de expansão antes da eleição, independentemente do tipo de governo (coligação ou maioria).

Por conseguinte, apesar da formação idiossincrática do sistema partidário, os factores que o influenciam são bastante semelhantes aos de outras democracias europeias, nomeadamente as circunstâncias políticas e os desenvolvimentos económicos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J. (1988), «Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação», in *Análise Social*, vol. 24, pp. 59-76.
- AGUIAR, J. (1989), «Dinâmica do sistema partidário — condições de estabilidade», in M. B. Coelho (ed.), *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ANDRÉ, I., e J. Gaspar (1989), «Portugal — geografia eleitoral: 1975 e 1987», in M. B. Coelho (ed.), *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BACALHAU, M. (1989), «Mobilidade e transferência de votos através das sondagens», in M. Baptista Coelho, *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BACALHAU, M. (1990), «Transition of the political system and political attitudes in Portugal», in *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 2, pp 141-154.
- BACALHAU, M. (1993), «The image, identity, and benefits of the EC», in J. Silva Lopes (ed.), *Portugal and EC membership evaluated*, Londres, Pinter Publishers.
- BACALHAU, M. (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD.
- BARRETO, A., et. al. (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais.
- BARTOLINI, S., e P. Mair (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability*, Cambridge, Cambridge University Press.

- BORGES, A. C. B. (1995), «A economia portuguesa de 1985 a 1991», in M. Rebelo de Sousa (ed.), *Portugal em Mudança*, Lisboa, INCM.
- BRAGA DE MACEDO, J. (1992), «Convergência na economia europeia: o contributo português», in *Análise Social*, vol. 27, pp. 623-654.
- BRAGA DE MACEDO, J. (ed.) (1981), *Portugal since the Revolution — Economic and Political Perspectives*, Colorado, Westview Press.
- CABRAL, M. V., (1994), «Quem Vota em Quem? Perfil Sociográfico e Atitudes Sociais dos Grupos de Simpatia Partidária em Portugal» (não publicado).
- CAVACO SILVA, A. (1995), *As Reformas da Década*, Lisboa, Bertrand Editora, p. 135.
- COELHO, M. B. (ed.), (1989), *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (1993), *Eurobarometer Surveys*, n.º 39, Bruxelas, Serviço de Publicações Oficiais.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (1994), *Eurobarometer Surveys, Trends 1974-1993*, Bruxelas, Serviço de Publicações Oficiais.
- CORKILL, D. (1988), «Portugal's political transformation: the election of July 1987», in *Parliamentary Affairs*, vol. 41, n.º 2, Abril, pp. 246-257.
- CORKILL, D. (1993), *The Portuguese Economy since 1974*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- DUVERGER, M. (1986), *Les régimes semi-présidentieles*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (1994), *Portugal — Country Report 1994*, Londres, EIU.
- FERNANDES, J. M. (1987), «O que levou à mudança de voto», in *Expresso*, 1 de Agosto, p. 22-R.
- GALLAGHER, T. (1989), «The Portuguese Socialist Party: the pitfalls of being first», in T. Gallagher e A. M. Williams, *Southern European Socialism*, Manchester, Manchester University Press.
- GALLAGHER, T., e A. M. Williams (eds.) (1989), *Southern European Socialism*, Manchester, Manchester University Press.
- GALLAGHER, T. (1981), «The growing pains of Portuguese democracy», in *The World Today*, vol. 37, Janeiro-Dezembro, pp. 102-109.
- GALLAGHER, T. (1988), «Goodbye to revolution: the Portuguese election of July 1987», in *West European Politics*, vol. 11, pp. 139-145.
- GASPAR, C. (1990), «O processo constitucional e a estabilidade do regime», in *Análise Social*, vol. 25, pp. 9-29.
- GASPAR, J., et al. (1989), *Portugal, os Próximos 20 Anos*, vol. vi, *Ocupação e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GASPAR, J. (1985), «Permanecem as linhas de força da geografia eleitoral», in *O Jornal*, 11 de Outubro.
- GOLDEY, D. B. (1992), «The Portuguese elections of 1987 and 1991 and the presidential election of 1991», in *Electoral Studies*, vol. 11, n.º 2, pp. 171-176.
- GOLDEY, D. (1987), «The Portuguese general election of 6 October 1985 and the presidential election of 26 January-16 February 1986», in *Electoral Studies*, 6, 1, pp. 53-62.
- HEATH et al. (1992), *Understanding Political Change — a Study of the British voter 1964-1987*, Oxford, Pergamon Press.
- J. M. F. (1995), «Abstenção diminuiu apesar de ter subido», in *Público*, 3 de Outubro.
- KATZ, R., e P. Mair, *Changing Models of Party Organization and Party Democracy — the Emergence of the Cartel Party*.
- KIRCHHEIMER, O. (1966), «The transformation of the western European party system», in J. La Palombara e M. Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press.
- KIRCHHEIMER, O. (1971), «The waning of opposition in parliamentary regimes», in M. Dogan e R. Rose (eds.), *European Politics: a Reader*, Londres, Macmillan.

- LEWIS-BECK, M. (1988), *Economics and Elections: the Major Western Democracies*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- LIMA, J. A. (1991), «As transferências de voto em milhares», in *Expresso — Revista*, 12 de Outubro.
- LIMA, J. A., e L. Fraga (1987), «A maioria impossível», in *Expresso-Revista*, 25 de Julho.
- LIMA, J. A., e L. Fraga (1983), «Os não votantes», in *Expresso — Revista*, 7 de Maio.
- LIPSET, S. M., e S. Rokkan (1967), *Party Systems and Voter Alignments*, Nova Iorque, Free Press.
- LUCENA, M., e C. Gaspar (1991), «Metamorfoses corporativas? — Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I)», in *Análise Social*, vol. 26, pp. 847-903.
- LUCENA, M., e C. Gaspar (1992), «Metamorfoses corporativas? — Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (II)», in *Análise Social*, vol. 27, pp. 135-187.
- MAIR, P. (1990), *The West European Party System*, Oxford, Oxford University Press.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, STAPE (1983), *1983: Eleição da Assembleia da República — Resultados por Freguesia*, Lisboa, INCM.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, STAPE (1985), *1985: Eleição da Assembleia da República — Resultados por Freguesia*, Lisboa, INCM.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, STAPE (1987), *1987: Eleição da Assembleia da República — Resultados por Freguesia*, Lisboa, INCM.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, STAPE (1991), *1991: Eleição da Assembleia da República — Resultados por Freguesia*, Lisboa, INCM.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional (1993), *Preparar Portugal para o Século XXI. Análise Económica e Social*.
- MIRANDA, J. (1986), «Le régime portugais entre 1976 et 1979», in M. Duverger, *Les régimes semi-présidentiels*, Paris, Presses Universitaires de France.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1974), *Portugal 1974*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1976), *Portugal 1976*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1979), *Portugal 1979*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1980), *Portugal 1980*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1981), *Portugal 1981*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1982), *Portugal 1982*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1986), *Portugal 1986*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1990), *Portugal 1990*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1992), *Portugal 1991-92*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1994), *Portugal 1994*, Paris.
- OCDE, *OECD Economic Surveys* (1995), *Portugal 1995*, Paris.
- PATERSON, W. E, e A. H Thomas (eds.) (1977), *Social Democratic Parties in Western Europe*, Londres, Croom Helm.
- PEREIRA DE MOURA, F. (1981), «Ciclos políticos e modelos político-económicos», in *Estudos de Economia*, vol 1., n.º 3, pp. 263-287.
- PETZELLA, R. (1983), *Portugal: os Próximos Vinte Anos*, vol. VII, *Reflexões sobre o Futuro de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PITTA e CUNHA, P. (1983), «Portugal and the EU», in G. Wheeler, *In Search of Modern Portugal*, Wisconsin, University of Wisconsin Press.
- REBELO DE SOUSA, M. (1987), «Portugal: 19 July 1987», in *Government and Opposition*, 22, 4, pp. 444-451.
- REBELO DE SOUSA, M. (eds.) (1995), *Portugal em Mudança*, Lisboa, INCM.
- SÁ, J. de (1985), «Como votam os Portugueses», in *Expresso — Revista*, 4 de Outubro pp. 27-28-R.

- SARTORI, G. (1976), *Parties and Party Systems — a Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SARTORI, G. (1968), *Party Systems, Party Organisations and the Politics of New Masses*, Berlin, Free University of Berlin.
- SCHMITTER, P. (1975), *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*, Beverly Hills, Sage Publications.
- SILVA LOPES (ed.), (1993), *Portugal and EC Membership Evaluated*, Londres, Pinter Publishers.
- STALLINGS, B. (1981), «Portugal and the IMF: the political economy of stabilization», in J. Braga de Macedo (eds.), *Portugal since the Revolution — Economic and Political Perspectives*, Colorado, Westview Press.
- STORY, J. (1987), «Social revolution and democracy in Iberia», in W. E. Paterson e A. H. Thomas (eds.), *Social Democratic Parties in Western Europe*, Londres, Croom Helm.
- TAYLOR, C., e D. Jodice (1988), *World Handbook of Political and Social Indicators*, vol. 1, *Cross National Attributes and Rates of Change*, New Haven, Yale University Press.
- TUFTE, E. (1978), *Political Control of the Economy*, New Jersey, Princeton University Press.
- WILLIAMS, A. M., e J. R. Lewis (1981), «Regional uneven development on the European periphery: the case of Portugal», in *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, vol. 72, pp. 81-91.
- WILLIAMS, A. M. (1989), «Socialist policies: never off the drawing board?», in T. Gallagher e A. M. Williams (eds.), *Southern European Socialism*, Manchester, Manchester University Press.